

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO-
ESTADO DO PARANÁ.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/202025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 87 – SAM 56 – PML

SARANDI TRATORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 77.266.575/0001-85, com sede a Avenida Ademar Bornia, nº 629, Jardim Europa, CEP 87113-000, na Cidade de Sarandi, Estado do Paraná, neste ato representada por seus representantes legais, vem, tempestivamente, com fundamento no artigo 164 da Lei nº 14.133/21, apresentar, tempestivamente, **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** consoante os fatos e fundamentos jurídicos que se passa a delinear.

DO CABIMENTO DA IMPUGNAÇÃO.

Consta no Edital que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/21, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura do certame, tendo como derradeiro prazo para impugnação dia **16/12/2025**, sendo perfeitamente cabível a presente impugnação, eis que tempestiva.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS QUE ALICERÇAM A IMPUGNAÇÃO.

A Licitante Sarandi Tratores é especializada e reconhecida no ramo de máquinas e equipamentos de construção, localizada em Sarandi-PR (Matriz) e Cascavel-PR (Filial), atendendo, inclusive o Estado de São de Paulo como revendedora autorizada da LiuGong.

Conforme Edital pregão eletrônico n.º 39/2025, o

Município de Lobato, abriu processo licitatório, **objetivando a licitação do tipo de menor preço, por lote, a preço fixos, de um Minitrator Aparador de Grama, Empilhadeira e Trator Agrícola 4x4.**

A Sarandi Tratores, como revendedora autorizada da LiuGong, irá participar do certame, encaminhando, concomitantemente com os documentos de habilitação, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecido para abertura da sessão pública.

Ocorre que, da análise detida sobre os requisitos do Edital, verifica-se a existência de cláusulas que restringem indevidamente a competitividade do certame, violando os princípios da isonomia e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme a Lei nº 14.133/2021

DAS EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS

O Edital estabelece uma exigência de largura externa mínima do garfo para a empilhadeira (Lote 2) em 125 mm. O equipamento ofertado por esta Impugnante, modelo LiuGong CPCD25, possui largura de 100 mm.

Conforme a Lei nº 14.133/2021, as normas que disciplinam o pregão devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e do princípio do formalismo moderado, desde que o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação não sejam comprometidos.

A exigência de 125 mm, por ser excessiva e não essencial, desclassifica desnecessariamente equipamentos aptos no mercado, como o modelo ofertado por esta licitante, sem que haja qualquer ganho material ou de segurança para a Administração.

A diferença entre a exigência editalícia (125 mm) e a especificação do equipamento ofertado (100 mm) representa uma variação mínima, sem qualquer impacto negativo na operação, capacidade de carga, estabilidade ou segurança do equipamento.

Pequenas variações de largura de garfo são comuns na indústria, não sendo este um parâmetro determinante para a funcionalidade essencial do bem a ser adquirido. O foco da especificação técnica deve ser na funcionalidade e no desempenho da empilhadeira, e não em dimensões que caracterizam um produto específico, o que restringe o leque de fornecedores.

A manutenção de uma especificação dimensional tão estrita, quando a pequena variação do equipamento ofertado não compromete o desempenho, torna a regra restritiva e contrária ao objetivo da licitação de obter a proposta mais vantajosa.

A exclusão de licitantes por detalhes meramente formais ou por variações dimensionais não essenciais, como a largura do garfo, ou por restrições de marca para componentes, contraria diretamente o princípio da ampliação da disputa entre os interessados e o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Se o descritivo do edital for ajustado para contemplar variações dimensionais mínimas que não afetam a segurança ou desempenho, e se for removida a exigência de exclusividade da marca do motor, a disputa será ampliada, garantindo a Administração a obtenção de propostas mais competitivas.

A não alteração do descritivo técnico resultará na desclassificação desta proponente, mesmo que ofereça um equipamento totalmente funcional e seguro, e potencialmente o menor preço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa conjuntura, nas características técnicas do edital devem ser alteradas, para que não haja privilégio ou exclusão de nenhuma licitante em detrimento das demais.

Afinal, o pregão é uma das modalidades de licitação previstas no art. 28, inciso I, da Lei 14.133/21, dentre a qual se exige a comprovação dos requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.

O processo licitatório deve assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes nos termos do artigo 37, XXI, CF, ressaltando-se que somente exigências de qualificação técnica e econômica permaneçam quando são indispensáveis ao cumprimento das obrigações.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O princípio é decorrência direta do direito fundamental à igualdade elencado no artigo 5º da Constituição da República e estabelece que, em igualdade de condições jurídicas, a União, os Estado e os Municípios devem dispensar o mesmo tratamento aos seus administrados, sem estabelecer entre eles quaisquer preferências ou privilégios.

Mais especificamente no âmbito das licitações, o princípio da igualdade visa assegurar que todos os administrados possam se candidatar, em igualdade de condições, para o fornecimento de seus serviços, sem o estabelecimento por parte da Administração de qualquer preferência ou privilégio a um ou a outro.

Por isso, faz-se necessário a manutenção dos requisitos supracitados, em atenção aos princípios de competitividade, isonomia, impessoalidade e igualdade entre as partes licitantes (art. 5º da Lei 14.133/21).

Nesses termos, prevê o art. 5º da Lei em vigor 14.133/21 que “na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)”.**

Como se vê, todos os dispositivos da Lei de Licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do **princípio da isonomia** o qual, não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer **discriminação arbitrária**, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém.

Assim, é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também **demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade**, sem qualquer promoção ou **exclusão pessoal**.

E justamente para que o princípio da isonomia, tal como o princípio da impessoalidade, seja corretamente aplicado na forma proposta pela Lei nº 14.133/21, faz-se necessária a alteração do Edital de Licitação, **para rever e readequar as especificações, notadamente: o caráter excessivamente restritivo das exigências técnicas mencionadas (largura externa do garfo em 125 mm). Promulgue a alteração do anexo VII – características técnicas do objeto, de forma a flexibilizar a exigência de largura externa mínima do garfo, permitindo a participação de equipamentos com pequenas variações dimensionais (como 100 mm).**

Diante do exposto, com fundamento nas disposições da Lei nº 14.133/21, requer-se seja a presente impugnação recebida, para que no prazo determinado aprecie o pleito, para o fim de promover a alteração, **sob pena de nulidade do Edital**. De igual modo, requer que republique o Edital com nova data para a sessão, conforme o Art. 9º, inciso I, alínea "a" e "c", da Lei nº 14.133/2021.

Termos em que respeitosamente, pede deferimento.

Sarandi-PR, 15 de dezembro de 2025.

SARANDI TRATORES